



ESQUERDA

FEVEREIRO 2011 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 48 | 1€



Não estamos condenados ao FMI.

Pag.03

> POLÍTICA

**BLOCO QUER REDUZIR
CONTRIBUIÇÃO DOS RECIBOS VERDES**

Pag.07



> SOCIEDADE

**ENSINO SUPERIOR: UM EM CADA QUATRO
BOLSEIROS PERDEM APOIO**

Pag.12



> INTERNACIONAL

**TUNÍSIA: A QUEDA DO PEQUENO DITADOR
AMIGO DO OCIDENTE | POR ESAM AL-AMIN**

Pag.16





EGIPTO - CAIRO

1 Fevereiro 2011: Dois milhões de pessoas protestaram nas ruas do Cairo

FOTO FLICKR / NASSER NOURI

POLÍTICA

04. **Bloco aposta na reabilitação urbana e qualificação da ferrovia**
05. **BPN já estava falido quando Cavaco comprou acções**
06. **Cavaco usou esquema para não pagar sisa**
07. **Bloco quer reduzir contribuição dos recibos verdes**
08. **Uma visita "totalmente indesejável"**

SOCIEDADE

09. **Inconstitucionalidade dos cortes salariais vai ao TC**
10. **Metro do Porto: falsos recibos verdes vão ser integrados**
11. **ABC do Código contributivo**
12. **Ensino superior: um em cada quatro bolseiros perdem apoio**

OPINIÃO

13. **A Esquerda foi derrotada nas presidenciais**
Por Francisco Louçã
14. **Quem roubou a minha poluição?** | Por Nelson Peralta
15. **Bolsas: a realidade insuportável** | Por José Soeiro

INTERNACIONAL

16. **Tunísia: a queda do pequeno ditador amigo do Ocidente** | Por Esam Al-amin
19. **Autoridade Palestiniana abdicou do regresso de milhares de refugiados**

AMBIENTE

21. **2010 foi o ano mais quente de sempre**
Por Rui Curado Silva

LOCAL

22. **Pela não introdução de portagens na A23**
23. **Apoio à petição em defesa do Ramal de Cáceres – Torre das Vargens / Beirã (Marvão)**



EDITORIAL
Carlos Santos

O TELEFONEMA DE SÓCRATES

Na semana anterior às últimas eleições presidenciais, o jornal britânico "Guardian" noticiou que Sócrates tinha telefonado a Angela Merkel pedindo-lhe ajuda e dispondo-se a "tudo fazer", para que não fosse necessário pedir resgate ao chamado fundo europeu de estabilização e ao FMI. O jornal referia que uma testemunha disse que "Sócrates parecia desesperado e desejoso de agradar". Posteriormente, o gabinete do primeiro ministro negou ao jornal britânico que o telefonema tivesse sido feito.

O telefonema pode não ter existido, mas a notícia não pareceu estranha a ninguém e não é por acaso. Na verdade, a preocupação do Governo é aplicar as exigências do FMI, do directório da União Europeia e da finança, sob o pretexto de evitar o pedido de resgate. Ou seja, aplicar a política do FMI com ou sem a presença do FMI.

Sob a chantagem de taxas de juro altíssimas que visam a salvação dos bancos europeus e que a longo prazo são impossíveis de pagar, o Governo está de facto disposto a "tudo fazer". Procura que a China e países árabes comprem dívida, mas também tenta vender-lhes importantes empresas públicas portuguesas. Mas, sobretudo, o Governo segue uma política de dura austeridade contra a maioria da população, de cortes sucessivos e cada vez maiores nos serviços públicos, na saúde, na educação, na cultura. As mais recentes notícias apontam, por exemplo, o abandono do ensino superior por milhares de estudantes universitários, devido aos drásticos cortes na atribuição de bolsas de estudo.

Numa entrevista à agência Lusa, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos alertava que há um "retrocesso nas conquistas democráticas" que provocará uma profunda crise social, salientando mesmo que a crise social já existe só que "é um pouco surda, porque as pessoas ainda estão num estado de choque, não se deram conta de todas as consequências desta crise".

É desse "estado de choque" que urge sair. Com ou sem a presença do FMI, o Governo vai prosseguir nos cortes, pretende agora facilitar os despedimentos e que os trabalhadores passem a financiar os seus próprios despedimentos, descontando dos seus salários para um fundo com esse objectivo. Se não reagirmos a esta ofensiva contra os nossos direitos sociais, enfrentaremos uma situação e medidas cada vez piores. A Comissão Europeia e o directório da União Europeia estão a pressionar os Estados para aplicar uma política de ataque ao chamado modelo social europeu, procuram que a maioria da população pague a crise para beneficiar os bancos e a finança.

É preciso que o povo português faça ouvir nas ruas o seu protesto contra esta política de austeridade. Só a multiplicação dos protestos contra este desastre social, em Portugal e na Europa, pode abrir caminho à mudança política necessária, contra a chantagem da dívida e em defesa dos serviços públicos.



Bloco aposta na reabilitação urbana e qualificação da ferrovia

A reabilitação urbana e a qualificação da ferrovia foram temas da actividade parlamentar bloquista no início do ano. O Bloco viu aprovado por unanimidade o seu projecto de resolução sobre o Metro Mondego.

O objectivo destas iniciativas era reconhecer no investimento público um apoio imprescindível para contrariar as tendências recessivas das políticas de austeridade do Governo e combinar a garantia da oferta de bens públicos essenciais para as populações com a criação de emprego como objectivo estratégico fundamental.

Com a proposta de criação de uma bolsa de habitação para arrendamento, o Bloco de Esquerda sinalizou a urgência de resposta a uma situação insuportável de pressão especulativa no imobiliário que penaliza as famílias que contraem crédito e a economia que o avaliza, ao mesmo tempo que dois milhões de casas estão degradadas e mais de meio milhão estão vazias. A solução preconizada pelo Bloco, ao submeter uma propriedade com intuitos especulativos a limites impostos por direitos básicos e ao pôr em evidência a centralidade do investimento público na

estratégia de combate à crise, desafia desde logo o Governo a ser coerente com os seus repetidos louvores retóricos ao investimento nesta área.

A reabilitação da ferrovia é um outro exemplo de dinamização do investimento público ao serviço das populações e da economia.

A Linha do Oeste e o projecto Metro Mondego foram objecto de duas propostas do Bloco cujo propósito foi sublinhar a irresponsabilidade económica, ecológica e política do Governo ao permitir a desqualificação da primeira e ao não honrar o compromisso de pôr em marcha a segunda. Num caso como no outro, as iniciativas legislativas do Bloco articularam-se com a presença dos seus activistas nos protestos populares contra a inacção do Governo. E isso deu-lhes força redobrada, traduzida na aprovação por unanimidade do projecto de resolução sobre o Metro Mondego. ✪



BPN já estava falido quando Cavaco comprou acções

A primeira testemunha do julgamento do BPN foi o inspector tributário que ajudou o Ministério Público a descobrir como o dinheiro foi desviado. Em meados de 2001, apenas uma off-shore do grupo SLN já tinha a descoberto 190 milhões, metade do capital do grupo.

Foi em 2001 que Cavaco Silva e a sua filha Patrícia obtiveram cerca de 250 mil acções da SLN por apenas um euro cada, considerado um preço de favor por parte de Oliveira e Costa, o único accionista fundador que podia comprar acções do grupo a este preço. Em 2003, a família Cavaco Silva pede a Oliveira e Costa para vender as suas acções, que regressam às mãos da SLN a valer 2,4

euros cada uma: ou seja, 140% de valorização em apenas dois anos num banco em situação de falência escondida pelos próprios administradores que continuaram a desviar dinheiro para si e para os amigos.

O depoimento de Paulo Silva ajudou os juizes a perceber o papel da empresa off-shore Venice, criada para servir de plataforma ao financiamento das empresas do grupo SLN e à compra e venda de acções. Três anos após a fundação do grupo financeiro de Oliveira e Costa, coadjuvado por figuras de proa dos governos de Cavaco Silva, a situação financeira do grupo era já muito precária, com mais de metade do capital a descoberto. "Se esta situação fosse revelada, era o desmoronar do próprio grupo, pois não haveria capital suficiente", afirmou o inspector que também trabalhou na "operação furacão", que descobriu o maior esquema de fuga ao fisco investigado até hoje.

Ainda segundo este inspector tributário, os donos do grupo tentaram

ocultar este buraco com "transferências de depósitos de clientes do BPN Cayman", ou seja, "fundos desviados de forma puramente contabilística". Paulo Silva afirmou ainda que este esquema piramidal com recurso a empresas off-shores montado por Oliveira e Costa e Luís Caprichoso através da Planfin servia para o BPN facultar "fundos para o grupo desenvolver a actividade, parquear custos relativamente aos quais não havia interesse em declarar, pois provocariam resultados negativos, e também para deter acções da SLN e de offshores em cadeia, criando opacidade sobre os verdadeiros donos dos negócios".

A Planfin foi extinta dois dias antes da tomada de posse de Miguel Cadilhe à frente do grupo SLN/BPN em Junho de 2008 e os seus funcionários passaram para os quadros do banco. O inspector tributário notou ainda que boa parte destes funcionários da Planfin foram recrutados à empresa de consultores Ernst & Young. ★

Cavaco usou esquema para não pagar sisa

Cavaco Silva entregou a casa Mariani e recebeu a Gaivota Azul, cada uma avaliada pelo mesmo valor de 135 mil euros, em 1998.

Mas só declarou, na troca, um “terreno para construção”.

Segundo relata a edição online da revista Visão, no dia 9 de Julho de 1998, a notária Maria do Carmo Santos deslocou-se ao escritório de Fernando Fantasia, na empresa industrial Sapec, Rua Vítor Cordon, em Lisboa, para registar uma escritura especial. O casal Cavaco Silva (cerimoniosamente identificados com os títulos académicos de “Prof. Dr.” e “Dra”) entregava a sua casa de férias em Montechoro, Albufeira, e recebia em troca da Constralmada - Sociedade de Constru-

ções Lda uma nova moradia no mesmo concelho. Ambas foram avaliadas pelas partes no mesmo valor: 135 mil euros. Este tipo de permutas, entre imóveis do mesmo valor, está isento do pagamento de sisa, o imposto que antecedeu o IMI, e vigorava à época.

O esquema...

No entanto, a escritura refere que Cavaco Silva recebe um “lote de terreno para construção”, omitindo que a vivenda Gaivota Azul, no lote 18 da Urbanização da Coelha, já se encontrava em construção há cerca de nove meses. Segundo o “livro de obras” que faz parte do registo da Câmara Municipal de Albufeira, as obras iniciaram-se em 10 de Outubro do ano anterior à escritura, em 1997. Tal como confirma Fernando Fantasia, presente na escritura, e dono da Opi 92, que detinha 33% do capital da Constralmada, que afirmou, na quinta-feira, 20, à Visão, que o negócio escriturado incluía a vivenda.

“A casa estava incluída, concerteza. Não há duas escrituras.” Fantasia diz que a escritura devia referir “prédio”, mas não é isso que ficou no documento que pode ser consultado no cartório notarial de António José Alves Soares, em Lisboa, e que o site da revista Sábado divulgou na quarta-feira à tarde. Ou seja, não houve lugar a qualquer pagamento suplementar, por parte de Cavaco Silva à Constralmada.

Segundo a revista Visão, a vivenda Mariani, mais pequena, e que na altura tinha mais de 20 anos, foi avaliada pelo mesmo preço da Gaivota Azul, com uma área superior (mais cerca de 500 metros quadrados), nova, e localizada em frente ao mar. Fernando Fantasia refere que Montechoro “é a zona cara” de Albufeira e que a Coelha era, na altura, “uma zona deserta”, para justificar a avaliação feita.

Contudo, o Público falou com vários agentes imobiliários que contestam o baixo valor em que foi avaliada a antiga vivenda Mariani de Cavaco Silva.

Já o mesmo valor para os 1891m2

da urbanização da Coelha, com uma moradia de mais de 600 m² de área bruta, quase pronta, e a 600 metros da praia é considerado “muito baixo”. “Isso custava uma ruína no barrocal, a 15 Km do mar”, dizem os imobiliários ouvidos pelo mesmo jornal.

A Constralmada fechou portas em 2004 e Fernando Fantasia não sabe o que aconteceu à contabilidade da empresa. O empresário, amigo de infância e membro da Comissão de Honra da recandidatura presidencial de Cavaco Silva, não se recorda se houve “acerto de contas” entre o proprietário e a construtora.

No momento da escritura, Manuel Afonso não estava presente. A representar a sociedade estavam Martinho Ribeiro da Silva e Manuel Martins Parra. Este último, já não pertencia à Constralmada desde 1996, data em que renunciou ao cargo de gerente. Parra era, de facto, administrador da Opi 92.

Outro interveniente deste processo é o arquitecto Olavo Dias, contratado para projectar a casa de Cavaco Silva nove meses antes de este ser proprietário do lote 18. Olavo Dias é familiar do Presidente da República, por afinidade, e deu andamento ao projecto cujo alvará de construção foi aprovado no dia 22 de Setembro de 1997.

Cavaco Silva ocupou a casa ilegalmente

A “habitação com piscina” que ocupa “620,70 m²” num terreno de mais de 1800, é composta por três pisos, e acabou de ser construída, segundo os registos da Câmara a 6 de Agosto de 1999. A única intervenção de Cavaco Silva nas obras deu-se poucos dias antes da conclusão, a 21 de julho de 1999, quando requereu a prorrogação do prazo das obras (cujo prazo caducara em 25 de junho).

A família Cavaco Silva ocupou, então, a moradia, em Agosto. A licença de utilização seria passada quatro meses depois, a 3 de Dezembro, pelo vereador (atual edil de Albufeira, do PSD) Desidério Silva, desrespeitando, segundo revela hoje a edição do Público - ler notícia no Esquerda.net -, um embargo camarário à obra, decretado em Dezembro de 1997, e nunca levantado. ✱



Francisco Louçã apresenta propostas de “refundação democrática” do sistema de Segurança Social, para que os salários paguem uma contribuição que seja progressiva. É uma resposta ao novo Código Contributivo.

O Bloco de Esquerda vai apresentar na Assembleia da República propostas para reduzir a taxa de contribuição que incide sobre os trabalhadores a recibo verde

Actualmente, a taxa de contribuição sobre os recibos verdes está nos 29,6%, “o que é absolutamente excessivo”. O Bloco vai propor a sua redução e um sistema de retenção na fonte para que seja a entidade patronal a descontar, disse Francisco Louçã, em conferência de imprensa, na sede do partido.

“Os trabalhadores a recibos verdes tornaram-se os novos proletários do sé-

culo XXI. A exploração, a escravização de quem vive dos recibos verdes é o novo factor que mais agrava as dificuldades sociais em Portugal”, justificou,

Uma outra proposta para a integração laboral dos chamados “falsos recibos verdes”, já rejeitada na anterior sessão, vai voltar a ser apresentada.

Francisco Louçã defendeu também uma “refundação democrática” do sistema de Segurança Social, propondo alterações ao regime para que os salários paguem uma contribuição que seja progressiva.

“O Bloco de Esquerda insiste na proposta de trazer justiça ao quadro das contribuições para a Segurança Social, de tal modo que os salários paguem uma contribuição progressiva. Quem recebe menos paga uma taxa menor, quem recebe muito mais paga uma taxa maior para que a Segurança Social seja sustentável”, afirmou.

As propostas são uma resposta do Bloco aos efeitos da entrada em vigor do Código Contributivo, “que fazem com que as pessoas que têm pouco mais de mil euros por mês na média da sua actividade laboral sejam muito penalizadas”, concluiu. ✱



Uma visita “totalmente indesejável”

Concentração em Lisboa denuncia política racista do ultra-direitista Avigor Liberman, ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, “um facinora, que ameaça os próprios palestinianos israelitas de os afogar no Mar Morto”.

Cerca de 25 pessoas com bandeiras da Palestina e faixas manifestaram-se diante da Assembleia da República contra a visita do ultra-direitista Avigor Liberman, ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, a quem acusaram de fomentar “uma verdadeira política de apartheid”.

A concentração foi convocada pelo Comité de Solidariedade com a Palestina, que considerou, em comunicado, que “raia a provocação que o governo de Portugal e, nomeadamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal recebiam esta visita depois de o Estado português ter condenado os crimes de guerra israelitas contra a Faixa de Gaza por ocasião da votação do relatório Goldstone e sabendo-se que Israel prossegue a sua

política colonialista de apartheid e de ocupação da Palestina”. O comunicado recorda também que Israel persiste nas acções de limpeza étnica contra os árabes israelitas e contra os palestinianos nos territórios ocupados, e desrespeita “os mais elementares Direitos Humanos e o Direito Internacional”, recusando-se a observar as inúmeras Resoluções quer do Conselho de Segurança quer da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Comité de Solidariedade com a Palestina considerou ainda “duplamente escandalosa a recepção dispensada a Liberman, precisamente quando o parceiro israelita do PS, o Partido Trabalhista, rompe com o Governo e com o seu líder Ehud Barak porque, mesmo para o sionismo militante dos trabalhistas, já se tinha tornado indigesto o estilo do governo de extrema-direita”.

“Estas pessoas não são bem-vindas a Portugal”

“Portugal condenou os crimes de guerra cometidos por Israel e não faz sentido receber Liberman de braços abertos”, disse Shad Wadi, uma jovem palestinianiana que participou do protesto.

O professor no ISCTE Alan Stoleroff explicou que foi à concentração “pedir firmeza do governo português face às tentativas de Liberman em tentar con-

vencer que, para a resolução do conflito entre Israel e a Palestina, existem outras soluções à margem do consenso e do direito internacional”.

Para o ex-deputado e militar de Abril Mário Tomé, “a Portugal chegou um facinora, que ameaça os próprios palestinianos israelitas de os afogar no Mar Morto. E é ministro dos Negócios Estrangeiros de um país que despreza todas as resoluções da comunidade internacional”.

O líder do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, José Manuel Pureza, também se juntou à concentração: “Tínhamos que estar aqui em solidariedade com cidadãos e cidadãs que querem exprimir a sua indignação contra a visita totalmente indesejável de um homem que tem caracterizado as suas posições públicas por xenofobia, racismo, por planos de expulsão dos cidadãos árabes e pela exigência de juramentos de fidelidade ao Estado de Israel”, explicou, afirmando que “estas pessoas não são bem-vindas a Portugal”.

José Manuel Pureza recordou que o grupo parlamentar do Bloco leva ao plenário da AR em 10 de Fevereiro um projecto de resolução que recomenda ao governo o reconhecimento do Estado da Palestina com as fronteiras anteriores a 1967. “Isso sim, é contribuir para a paz”, afirmou. ★



Inconstitucionalidade dos cortes salariais vai ao TC

As deputadas Mariana Aiveca e Cécilia Honório, do Bloco de Esquerda e os deputados do PCP Jorge Machado e João Oliveira entregaram no Tribunal Constitucional o pedido de declaração de inconstitucionalidade dos cortes salariais na função pública, argumentando que esta medida do Orçamento do Estado de 2011 viola quatro normas da Constituição Portuguesa.

“É um governo do PS, juntamente com o PSD e com o Presidente da República, que não teve qualquer dúvida. Nós temos todas as dúvidas sobre estes cortes salariais, estamos do lado dos trabalhadores, das suas organizações e queremos ver efectivamente reposta a confiança no Estado, que deve ser um Estado de Direito”, disse Mariana Aiveca.

Para o deputado Jorge Machado, “mais uma vez o Presidente da República mostrou aquilo que é a sua natureza de classe e orientação política de promulgar tudo o que é nefasto para os trabalhadores”.

Bloco e PCP argumentam que o princípio do Estado de Direito “não aceita” que sejam postos “em causa, para sempre, níveis remuneratórios”, sem que sejam dadas aos funcionários públicos “perspectivas de reposição, no futuro, dos níveis que até agora têm tido”.

Por outro lado, os deputados consideram existir uma discriminação negativa dos trabalhadores da administração pública, apesar de, alertou Mariana Aiveca, “quando o Estado dá o sinal, esses cortes vêm também para todos os trabalhadores”.

A iniciativa do pedido de fiscalização sucessiva dos cortes salariais partiu do Bloco, mas foram necessárias as assina-

Bloco de Esquerda e PCP dão entrada no TC de um pedido de inconstitucionalidade dos cortes salariais, argumentando que a medida viola quatro normas da Constituição Portuguesa. “Quando o Estado dá o sinal, esses cortes vêm também para todos os trabalhadores”, alerta Mariana Aiveca.

turas da bancada comunista para obter a subscrição mínima de 23 deputados.

O pedido de declaração de inconstitucionalidade baseia-se nos seguintes pontos:

– Os cortes de salários constituem uma violação do princípio do Estado de Direito. Com efeito, o Estado de Direito implica uma relação de confiança com os cidadãos, não podendo o poder público, sem justificação ou fundamentação material bastante, frustrar as legítimas expectativas criadas. É certo que este princípio não impede a alteração das leis; mas “decerto que esse princípio não aceita que tais alterações ponham em causa, para sempre, níveis remuneratórios que legitimamente os trabalhadores em funções públicas consideraram essenciais e irredutíveis no sentido de a partir deles terem construído as suas opções profissionais.”

– Os cortes de salários dos funcionários da Administração Pública são uma violação do princípio da igualdade. Os trabalhadores da Administração Pública foram alvo de discriminação negativa por terem sido prejudicados com esta redução definitiva de salários, sendo certo que há outras categorias de trabalhadores que são igualmente pagos com dinheiros públicos e que não foram atingidos por uma idêntica medida. O legislador chegou ao ponto de nalguns casos até ter construído uma ideia alternativa de adaptação dos salários quanto a outros trabalhadores, e não propriamente a sua redução, com o subterfúgio de tais trabalhadores terem um título jurídico salarial diverso dos trabalhadores em funções públicas.

– Os cortes de salários são uma violação do direito fundamental à não redução do salário. Os trabalhadores da Administração Pública, que têm um regime próprio, beneficiam da regra de irredutibilidade geral dos mesmos, à semelhança do que sucede com as remunerações dos trabalhadores que se submetem ao Direito do Trabalho. Os escassos casos em que a redução do salário é aceite não correspondem à norma que agora veio a ser incluída na Lei do Orçamento do Estado para 2011.

– Finalmente, os cortes de salários são uma violação do direito fundamental de participar na elaboração da legislação laboral por parte das entidades representativas dos trabalhadores. A medida não foi devidamente precedida pelas obrigatórias consultas às entidades representativas dos trabalhadores, sendo certo que a lei orçamental tem o mesmo regime, neste ponto, das outras leis. ✱



Metro do Porto: falsos recibos verdes vão ser integrados

Em Dezembro passado, o Bloco denunciou a existência de 75 trabalhadores a falsos recibos verdes no metro do Porto. Agora, depois das visitas inspectivas da ACT, a empresa Boavex terá de integrar os trabalhadores com o contrato de trabalho devido.

O Bloco de Esquerda denunciou, em Dezembro passado, a existência de falsos recibos verdes no metro do Porto, recaindo sobre 75 trabalhadores com a categoria de Agentes de Estação e Informação.

Depois da denúncia feita pelo Bloco, que a fez chegar ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi agora comunicado que a Boavex, a empresa de prestação de serviços através da qual a Via Porto subcontratava aqueles 75 trabalhadores, será obrigada a integrá-los, uma vez que se encontravam comprovadamente em situação ilegal, trabalhando a falsos recibos verdes.

A comunicação foi feita ao Bloco por via da resposta do Ministério do Trabalho às questões colocadas pelos deputados bloquistas e que denunciaram a situação.

Na resposta do Ministério é referi-

do que após as duas vistas inspectivas realizadas pela ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, conclui-se que as funções daqueles 75 trabalhadores, que prestam serviços à Boavex, eram desempenhadas sob a existência de uma subordinação técnica, jurídica e económica, devendo, consequentemente, ser os mesmos considerados “como trabalhadores subordinados e vinculados à entidade empregadora por contrato de trabalho”.

Na mesma resposta às questões do Bloco também chegou a informação de que a Boavex já foi notificada para agir no sentido da regularização da situação laboral daqueles trabalhadores, nomeadamente, através da celebração de contratos de trabalho com início na data da celebração dos falsos contratos de prestação de serviços. ★



ABC do Código contributivo

O movimento de precários tem vindo a disponibilizar informação sobre o Código Contributivo de modo a colmatar as lacunas de uma acção que deveria ser protagonizada pela própria Segurança Social (SS). Mas o facto é que esta tem os seus serviços parados desde o início do ano e estes já estiveram completamente bloqueados por falta de informação interna, sejam os postos de atendimento ou a linha directa de apoio.

Depois de uma sessão de esclarecimento sobre o novo Código Contributivo que juntou mais de 200 pessoas na Lx Factory, em Lisboa, no passado dia 15 de Janeiro, os Precários Inflexíveis disponibilizam agora, no seu blogue, dois documentos "fundamentais" para quem precisa de saber as novas regras e saber fazer as contas.

Trata-se de um ficheiro que explica sucintamente, em treze slides, o novo Código Contributivo para os trabalhadores independentes, os recibos verdes, e um outro ficheiro que é uma folha de cálculo pronta a preencher com os valores dos rendimentos e que

Os Precários Inflexíveis disponibilizaram no seu blogue dois documentos que ajudarão os trabalhadores a recibos verdes a conhecer as novas regras. Um dos documentos é uma folha de cálculo que permite fazer as novas contas automaticamente.

calcula automaticamente as contas das contribuições sociais referentes a um recibo verde.

Os documentos vêm em boa hora já que milhares de trabalhadores, em particular os mais de 900 mil falsos recibos verdes, precisam de conhecer as regras que regularão as suas contribuições sociais, apesar da injustiça social se manter e estes permanecerem sem direito a apoios sociais e aos subsídios de férias e de natal, entre outras regalias inerentes ao contrato de trabalho

que lhes é ilegalmente negado.

Todos querem saber quanto vão ter de pagar e quanto mais vão ter de pagar. O Precários Inflexíveis já denunciaram que até Outubro (altura em que se define a base de incidência contributiva, pela SS) todos os recibos verdes que se encontravam no antigo regime mínimo, a maioria, irão pagar mais - 186,13 euros, em vez dos anteriores 158,72 euros - do que pagariam se os novos escalões, nomeadamente, o primeiro, estivesse já em vigor.

A nova taxa contributiva para a Segurança Social é de 29,6% e entrou em vigor logo em Janeiro de 2011, mas como a base de incidência contributiva se mantém até Outubro de 2011, isto é, 1,5 IAS (Indexante dos Apoios Sociais ficado em 419,22 euros), os recibos verdes que estão no escalão mínimo pagarão, até Outubro, 186,13 euros. Antes, com a taxa contributiva anterior, pagariam 159,72 euros e, com o novo Código e a nova base de incidência estabelecida em 11 escalões, pagariam 124,09 euros (valor a pagar segundo o 1.º escalão). ★



Ensino superior: um em cada quatro bolseiros perdem apoio

As novas regras de acesso aos apoios sociais tiveram consequências directas e dramáticas nas bolsas de acção social do ensino superior. Por causa das novas regras de cálculo do rendimento do agregado, do novo conceito de estudante economicamente carenciado e do novo conceito de agregado familiar, o número de estudantes a usufruir de bolsa de estudo irá registar uma quebra de cerca de 25%.

Apesar de nem todas as universidades terem concluído os processos de análise de candidaturas, segundo os dados já divulgados, o número de estudantes a perder o apoio a nível nacional ultrapassará os 15 mil, podendo, inclusive, chegar aos 20 mil.

O valor das bolsas também irá registar uma diminuição acentuada.

Na Universidade do Minho, este ano lectivo foram atribuídas menos 1370 bolsas, o que equivale a uma quebra de 25%. O valor das bolsas atribuí-

Segundo dados já revelados por estabelecimentos do ensino superior, o número de estudantes a usufruir de bolsa regista uma quebra de cerca de 25%. Valor da bolsa também sofre um corte significativo. Na Universidade do Porto, número de beneficiários diminui 30%.

das diminui cerca de 26€.

Na Universidade do Porto, o decréscimo do número de beneficiários de bolsas de acção social atinge os 30%, sendo que ainda só foram analisadas metade das candidaturas. O valor

da bolsa baixou cerca de 15%. No Instituto Politécnico do Porto a quebra do valor da bolsa foi idêntica, mas o número de beneficiários registou um decréscimo ainda maior: 40%.

O indeferimento dos processos de candidatura tem sido justificado essencialmente devido ao excesso de rendimentos do agregado face à nova fórmula de cálculo introduzida pelo Programa de Estabilidade e Crescimento.

Os representantes estudantis têm vindo a exigir a renegociação das normas técnicas introduzidas, alertando para o facto da diminuição do número de beneficiários de bolsas de acção social e a diminuição do próprio valor das bolsas atribuídas comprometerem, inclusive, a continuidade dos estudos dos estudantes abrangidos pelos cortes. ★



A Esquerda foi derrotada nas presidenciais

POR FRANCISCO LOUÇÃ

Cavaco Silva será agora um obstáculo mais agressivo contra os direitos sociais.

1. Cavaco Silva ganhou e por isso a esquerda foi derrotada nas presidenciais. Ganhou à primeira volta, apesar de ter sido o presidente reeleito com menos votos e de ter perdido 543 mil votos desde há cinco anos. Obtém o voto de 25,2% dos eleitores inscritos.

A sua vitória permite-lhe um segundo mandato com mais intervenção, na expectativa de uma mudança de governo. O presidente que já vetou leis importantes – a paridade, as uniões de facto, o divórcio – será agora um obstáculo mais agressivo contra os direitos sociais.

Apoiado num eleitorado amplo que temeu a crise económica e preferiu a continuidade contra a mudança, Cavaco Silva é, no entanto, um presidente diminuído pela escassa vantagem e também pelas investigações sobre os seus negócios com o grupo SLN, que permanecem por esclarecer cabalmente.

2. Manuel Alegre perdeu as eleições - e perdemo-las com ele - porque não conseguiu uma segunda volta. Com me-

nos 306 mil votos do que nas eleições anteriores, aproximou-se dos 20% e foi o candidato mais votado na oposição a Cavaco Silva. Os resultados demonstram que só ele poderia ter disputado a segunda volta.

Manuel Alegre desenvolveu uma campanha mais clara e mais centrada nas questões sociais do que há cinco anos. A luta contra o FMI e a defesa dos serviços públicos foram os seus principais temas. Garantiu que vetaria decisões de qualquer governo que atacasse o SNS ou que propusesse leis laborais que rejeitassem a defesa do direito da parte mais fraca. Essa foi a campanha que a esquerda devia fazer.

3. O candidato do PCP, Francisco Lopes, perde 173 mil votos, mais de um terço da votação obtida por Jerónimo de Sousa em 2006. Trata-se da maior perda, em proporção, das candidaturas que se apresentam na continuidade da campanha de 2005.

Em nome da afirmação do seu partido, Lopes defendeu os direitos sociais e a resistência à austeridade. No entanto, o PCP, que já tinha apoiado à primeira volta figuras de direita como Ramalho Eanes, ou do PS como Jorge Sampaio, manteve um discurso sectário contra Manuel Alegre. Este, pelo contrário, de-

fendeu a importância da representação eleitoral do PCP.

4. Fernando Nobre apresentou-se sem apoio partidário, tendo obtido 593 mil votos, 14%. Nobre fez uma campanha com traços populistas – o jornal do PCP chama-lhes “fascistas”, o que é certamente inaceitável – incluindo propostas que favorecem a direita, como o governo PS-PSD-CDS, a redução do número de deputados para 100 ou o pagamento por uma parte da população dos serviços do SNS. Apresentou-se também de uma forma agressiva, exigindo a desistência de Manuel Alegre, que viria a ter mais votos do que Nobre, e garantindo que estaria na segunda volta a não ser que houvesse um atentado contra si.

Na noite eleitoral, apelou à unidade em torno de Cavaco Silva, “para que o país esteja melhor daqui a cinco anos”, na continuidade de uma campanha de não hostilidade ao líder histórico da direita.

Nobre não é o candidato sem apoio partidário que obteve mais votos. Ote-lo (792 mil) em 1976 e Alegre em 2006 (1138 mil) ultrapassaram em muito o seu resultado. Mas, nestas eleições a candidatura exprime uma parte importante do eleitorado e o seu descontentamento.★



Quem roubou a minha poluição?

POR NELSON PERALTA

O mercado europeu de comércio de emissões de dióxido de carbono (CO₂) está fechado há uma semana depois de ter sido detectado o roubo de 475 mil toneladas em licenças de emissão de CO₂.

Esta bolsa funciona numa plataforma virtual online e as falhas de segurança têm sido uma constante. A Comissão Europeia estima que cerca de dois milhões de licenças avaliadas em 26 milhões de euros possam estar desaparecidas, mas ninguém parece saber ao certo. O mercado deve reabrir hoje, apenas nos países que adoptaram medidas de segurança adicionais.

O sistema europeu de comércio de emissões, um mercado de 90 mil milhões de euros, referência planetária no género e que define quem tem o direito a poluir parece funcionar num ambiente de total leviandade. Porém, o dado

mais relevante é a irracionalidade estrutural deste sistema que garantem ser “o principal instrumento de combate às alterações climáticas” da União Europeia. Vejamos.

Este mercado é pouco escrutinado e raramente temos a oportunidade de saber quem anda a comprar e a vender o direito a poluir, aproveitemos para espreitar. A empresa roubada é o braço de um grande banco de investimento e apresenta-se no seu site como tendo desenvolvido “um modelo único de gestão de licenças ambientais que tira proveito do regime de comércio de emissões da UE, bem como dos Mecanismos Flexíveis estabelecidos no âmbito do Protocolo de Quioto”. Acrescenta ainda que esse modelo “oferece aos clientes a opção de realizar, de forma significativa e segura, ganhos financeiros na gestão de licenças da UE”. Como esta há muitas mais.

Poucas horas após o roubo foi possível verificar que as licenças já tinham sido vendidas e depois revendidas várias vezes tendo passado pela Polónia, Itália, Estónia, Liechtenstein e Alemanha.

Há dois factos que saltam à vista. As rápidas transacções sequenciais têm como objectivo fomentar a especulação e não representam qualquer necessidade real, ou sequer uma vontade, de produzir e consequentemente emitir CO₂. De igual modo, vemos que os que deambulam pelo comércio de carbono são os mesmo jogadores financeiros que investem nos outros mercados sem nenhum interesse no que estão a comprar ou a vender, a não ser o lucro especulativo. Devemos portanto ficar tranquilos por terem entregue o futuro do planeta e dos ecossistemas à lógica mercantil e aos mesmos especuladores que tão bem trataram do mercado imobiliário sub-prime e que agora se entretêm a especular contra a dívida soberana dos Estados...

O comércio de carbono tem como objectivo único o lucro. O direito a poluir é mera mercadoria a especular. Não é a sociedade nem a necessidade que definem as actividades com direito a emitir CO₂. É o capital que escolhe como nos contamina o futuro.★



Bolsas: a realidade insuportável

POR JOSÉ SOEIRO

Afinal, a realidade é pior do que a mais pessimista das expectativas. Esta semana, começam a ser conhecidos os primeiros resultados da aplicação das novas regras das bolsas. No Minho, onde os resultados já saíram, mais de 20% dos estudantes perderam a bolsa. 800 já não vão receber nenhum apoio e seriam 1500 se não houvesse regime transitório (num total de 4000). Os Serviços de Acção Social falam no abandono de 500 alunos por razões económicas só nesta universidade e o Conselho Geral já fez um comunicado alarmante em que exprime a sua preocupação.

No Politécnico do Porto, os dados disponíveis apontam para 40% dos estudantes que perdem bolsa. Na Universidade do Porto, 30% dos estudantes ficam sem qualquer apoio com as novas regras. E por aí fora... A razão é quase sempre a mesma: "excesso de rendimento da família" – pessoas que teriam direito com as regras anteriores, transformaram-se em ano de crise em "excessivamente ricas" dadas as novas regras. No total, cerca de 40 mil estudantes podem vir a perder a bolsa.

No que diz respeito ao regime transitório, as notícias não são melhores. 44 mil estudantes que tinham direito a bolsa no ano passado passaram a receber 98 euros por mês ao abrigo deste regime. É um valor baixo e provisório, até saírem os valores definitivos, que só

permite aos estudantes o mínimo dos mínimos, que é basicamente pagar a sua inscrição. Mas aqui há uma questão mais grave. O Ministro tinha garantido na Assembleia da República (no final de Outubro) que, quando saíssem os resultados definitivos, estes estudantes não teriam de devolver o que já tinham recebido. Mas verifica-se que isso era

No total, cerca de 40 mil estudantes podem vir a perder a bolsa.

mentira. Centenas de estudantes já foram notificados para devolver o dinheiro que receberam desde Outubro mas que já gastaram para sobreviver (é o caso de 680 alunos da ESEC, em Coimbra). Como? Porque o regulamento de bolsas abre de facto essa possibilidade.

Depois, há o eterno filme dos atrasos. Este regulamento foi apresentado como um dispositivo legal high-tech, que iria desburocratizar e simplificar de tal modo o processo que os requerimentos seriam analisados em dias. A verdade é que já passou Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro está a chegar ao fim e o Governo diz que, em princípio, até ao fim de Fevereiro os resultados sairão. O atraso do Ministério a publicar o regulamento e as normas técnicas foi tão

grande que deixou os serviços de acção social entupidos e com milhares de processos, numa altura em que ainda estavam a tentar adaptar-se às novas regras.

Por último, há o recuo da direita na Assembleia da República. Em Dezembro, aprovou-se na generalidade a retirada das bolsas do decreto 70/2010 sobre os apoios sociais. É uma proposta que levanta problemas de solidariedade e justiça relativa, mas era uma boa notícia para os estudantes do Superior. Só que o PS ameaçou com a lei-travão e a inconstitucionalidade de despesas não inscritas no Orçamento de Estado, lembrou os compromissos do PSD no âmbito do PEC, PSD e CDS puseram o projecto a marinar na Comissão à espera de uma extensa lista de audições para a discussão na especialidade e, na prática, nada disso terá efeito este ano, dado o adiamento deliberado deste processo e o mais certo é que não venha a ter nos anos seguintes.

No fim de Janeiro, reuniram simultaneamente os dirigentes das associações de estudantes, em Lisboa, e os responsáveis dos serviços de acção social, em Coimbra. Ao mesmo tempo, há protestos marcados para o dia 10 de Fevereiro, em frente às reitorias, para contestar as escolhas do Governo que excluem milhares da acção social. Só daqui pode vir alguma mudança: da exigência e da resposta do movimento estudantil. ★

AEROPORT DE TUNIS CARTHAGE

قرطاج

Tunísia: a queda do pequeno ditador amigo do Ocidente

POR ESAM AL-AMIN

As mudanças efectivas são fruto da vontade e do sacrifício do povo, e não impostas por ingerências estrangeiras ou por invasões.

O regime do presidente Zein-abidin Ben Ali representava aos olhos do seu povo não apenas as características de uma ditadura sufocante, mas também as de uma sociedade mafiosa trespassada de corrupção generalizada e de ataques aos direitos humanos.

Em 17 de Dezembro, Mohammed Bouazizi, um bacharel desempregado de 26 anos da cidade de Sidi Bouzid, imolou-se pelo fogo numa tentativa de suicídio. Pouco antes, nesse dia, agentes da polícia tinham apreendido a sua mesa de venda ambulante e confiscado as frutas e legumes que vendia porque ele não tinha uma licença para isso. Quando tentou queixar-se às autoridades, dizendo que era desempregado e que esse era o seu único meio de sobrevivência, foi enxovalhado, insultado e agredido pela polícia. Morreu 19 dias mais tarde, já em pleno levantamento popular.

O acto desesperado de Bouazizi fez explodir ao rubro a frustração geral

quanto aos níveis de vida, à corrupção e à falta de liberdade política e de direitos humanos. Nas quatro semanas seguintes, a sua imolação desencadeou manifestações onde os manifestantes queimaram pneus e gritaram palavras de ordem exigindo empregos e liberdade. Depressa os protestos se espalharam a todo o país incluindo a capital, Túnis.

A primeira reacção do regime foi endurecer a sua atitude e usar a força brutal incluindo espancamentos, gás lacrimogénico e balas reais. Quanto mais violenta se tornou a repressão policial, mais as pessoas foram ficando furiosas e mais foram para as ruas. Em 28 de Dezembro o presidente fez um primeiro discurso dizendo que os protestos eram organizados por "uma minoria de extremistas e terroristas" e que a lei seria aplicada "com toda a firmeza" para punir os protestatários.

No entanto, no começo do novo ano, dezenas de milhares de pessoas, a

que se juntaram sindicatos, estudantes, advogados, associações profissionais e outros grupos da oposição, manifestavam-se em dezenas de cidades. No fim da semana os sindicatos apelaram à greve do comércio em todo o país, ao mesmo tempo que 8.000 advogados entraram em greve, paralisando de imediato todo o sistema judicial.

Entretanto, o regime começou a atacar bloguistas, jornalistas, artistas e activistas políticos. Proibiu todo o tipo de discordância, mesmo nas redes sociais. Mas, após quase 80 mortos pelas forças de segurança, o regime começou a recuar.

Em 13 de Janeiro, Ben Ali fez a sua terceira intervenção televisiva, demitindo o ministro do Interior e anunciando concessões sem precedentes, ao mesmo tempo que prometia não se recandidatar nas eleições de 2014. Também prometeu introduzir mais liberdades na sociedade e investigar as mortes de manifestantes. Como esta manobra só acirrou ainda mais os protestos, então ele fez uma alocução ainda mais desesperada, prometendo novas eleições gerais no prazo de seis meses na esperança de parar os protestos massivos.

Como este truque também não resultou, impôs o estado de emergência, demitindo todo o governo e ameaçando fazer sair o exército com ordens para matar. Todavia, como o general do exército Rachid Ben Ammar se recusou a ordenar às suas tropas que disparassem contra os manifestantes nas ruas, Ben Ali não teve outra alternativa senão fugir do país e da cólera do seu povo.

Em 14 de Janeiro, ele e os seus colaboradores mais próximos fugiram em quatro helicópteros para a ilha mediterrânica de Malta. Como Malta se recusou a recebê-los, apanharam um avião para França. Ainda no ar, os franceses fizeram saber que não lhes permitiriam a entrada. Então o avião voltou para trás, para a região do Golfo, até que finalmente foi autorizado a aterrar e bem recebido na Arábia Saudita. O regime saudita tem uma longa história de anfitriagem de déspotas, incluindo Idi Amin do Uganda e Parvez Musharraf do Paquistão.

Mas, poucos dias antes de o presidente deposto ter deixado Tunes, a sua



TUNÍSIA

A primeira reacção do regime foi endurecer a sua atitude e usar a força brutal incluindo espancamentos, gás lacrimogéneo e balas reais. Quanto mais violenta se tornou a repressão policial, mais as pessoas foram ficando furiosas e mais foram para as ruas.

mulher Leila Trabelsi, ex-cabeleireira conhecida pela sua compulsão das compras, deitara mão a uma tonelada e meia de ouro do banco central e partira para o Dubai com os filhos. A primeira dama e a família Trabelsi são desprezadas pelo público devido ao seu estilo de vida corrupto e aos escândalos financeiros.

As elites políticas soçobraram no caos, o aparelho de segurança do presidente começou uma campanha de violência e destruição de bens numa derradeira tentativa para semear a discórdia e a confusão. Mas o exército, apoiado por comités populares, tratou rapidamente de os prender e de parar a onda de destruição, impondo o recolher obrigatório em todo o país.

Uma mão cheia de altos funcio-

nários da segurança, como o chefe da segurança presidencial e o ex-ministro do Interior, assim como alguns oligarcas, entre os quais parentes de Ben Ali e membros da família Trabelsi, foram mortos pelas multidões ou presos pelo exército quando tentavam fugir do país.

Entretanto, depois de inicialmente se ter auto declarado presidente provisório, o primeiro-ministro teve de recuar nessa decisão em menos de um dia para convencer o povo de que Ben Ali fora embora para sempre. No dia seguinte, o presidente do parlamento prestou juramento como presidente, prometendo um governo de unidade nacional e eleições no prazo de 60 dias.

A maior parte dos países ocidentais, incluindo os EUA e a França, demoraram a reconhecer esta precipitação de acontecimentos. O presidente Barack Obama não disse uma palavra quando os factos estavam a ocorrer. Mas após a deposição de Ben Ali declarou: "os EUA juntam-se a toda a comunidade internacional para testemunhar este combate corajoso e determinado pelos direitos universais que todos temos obrigação de apoiar". E continuou: "Recordaremos sempre as imagens do povo tunisino procurando fazer ouvir a sua voz. Aplaudo a coragem e a dignidade do povo tunisino".

Do mesmo modo, o presidente francês Nicolas Sarkozy, não só abandonou o seu aliado tunisino recusando recebê-lo quando o seu avião se encontrava no ar, como deu ordem aos parentes de Ben Ali residentes em apartamentos de luxo em Paris para abandonarem o país.

No dia seguinte o governo francês anunciou que iria congelar todas as contas [bancárias] pertencentes ao presidente deposto, e aos seus parentes directos e por afinidade, assim reconhecendo directamente que o governo francês já estava ao corrente de que esses recursos eram produto de corrupção e de fundos desviados.

O que virá a seguir?

"Caiu o ditador, mas não a ditadura", declarou Rachid Ghannouchi, o líder islamista do partido de oposição al-Nahdha [Renascimento], que se encontra exilado no Reino Unido há 22 anos. Durante o reinado de Ben Ali, a sua or-

ganização foi proibida e milhares dos seus membros foram torturados, ou presos ou exilados. Ele próprio foi julgado e condenado à morte à revelia. Anunciou o seu regresso em breve ao país.

Esta afirmação do líder do al-Nahdha reflectiu o sentimento popular de desconfiança tanto em relação ao novo presidente, Fouad Al-Mubazaa', e ao primeiro-ministro Mohammad Ghanouchi, que foram membros do partido de Ben Ali, o Partido Constitucional Democrático. E por isso a sua credibilidade é muito suspeita. Durante cerca de dez anos, eles contribuíram para a implementação das orientações políticas do ditador deposto.

No entanto o primeiro-ministro prometeu, no próprio dia em que Ben Ali fugiu do país, um governo de unidade nacional. Em poucos dias anunciou um governo onde se mantinha a maior parte dos ministros do governo anterior (incluindo as decisivas pastas da Defesa, dos Estrangeiros, do Interior e das Finanças), enquanto incluía três ministros da oposição e alguns independentes próximos dos sindicatos e das associações de advogados. Muitos outros partidos da oposição ou foram ignorados ou se recusaram a colaborar em protesto contra o passado do partido dominante.

Em menos de vinte e quatro horas, tiveram lugar enormes manifestações por todo o país, em 18 de Janeiro, protestando contra a inclusão do partido dominante. De imediato os quatro ministros representantes dos sindicatos e de um partido de oposição demitiram-se do novo governo até à formação de um verdadeiro governo de unidade nacional. Outro partido da oposição suspendeu a sua participação até que os ministros do partido dominante fossem demitidos ou se demitissem dos seus cargos.

Nas horas seguintes o presidente e o primeiro-ministro demitiram-se do partido dominante e auto declararam-se como independentes. Mesmo assim a maior parte dos partidos da oposição está a exigir o seu afastamento e a sua substituição por líderes nacionais respeitáveis que sejam realmente "independentes" e que tenham as "mãos limpas". Perguntam como é que o mesmo

ministro do Interior que organizou as eleições de Ben Ali há menos de 15 meses poderia agora supervisionar eleições livres e justas.

Não é claro se o novo governo poderá sequer sobreviver à cólera das ruas. Mas o seu anúncio mais significativo foi talvez a amnistia geral e a promessa de libertação de todos os presos políticos no país e no exílio. Além disso criou três comissões nacionais.

A primeira comissão é encabeçada por um dos mais respeitados constitucionalistas, o Prof. 'Ayyadh Ben Ashour, para tratar das reformas política e constitucional. As outras duas são presididas por defensores dos direitos humanos;

O veredicto acerca do real sucesso da revolução tunisina ainda está por fazer. Irá ela abortar, seja por lutas internas seja pela introdução de mudanças ilusórias para absorver a cólera do povo? Ou haverá mudanças reais e duradouras, enquadradas por uma nova constituição baseada nos princípios democráticos, na liberdade política, nas liberdades de imprensa e de reunião, na independência da justiça, no respeito dos direitos humanos e no fim das ingerências estrangeiras?

uma para investigar a corrupção no Estado, a outra para investigar os assassinatos de manifestantes durante o levantamento popular. As três comissões foram instituídas em resposta às principais exigências dos manifestantes e dos partidos da oposição.

O 14 de Janeiro de 2011 tornou-se, sem dúvida, um marco na história moderna do mundo árabe. Já uma dezena de candidatos a mártires tentaram suicidar-se imolando-se pelo fogo em protesto público contra a repressão política e a corrupção económica, no Egipto, na Argélia e na Mauritânia. Os movimentos oposicionistas já começaram a liderar protestos que elogiam o levantamento tunisino e denunciando as políticas repressivas e corruptas dos seus governos em muitos países árabes, como o Egipto, a Jordânia, a Argélia, a Líbia, o Líbano e o Sudão.

O veredicto acerca do real sucesso da revolução tunisina ainda está por fazer. Irá ela abortar, seja por lutas internas seja pela introdução de mudanças ilusórias para absorver a cólera do povo? Ou haverá mudanças reais e duradouras, enquadradas por uma nova constituição baseada nos princípios democráticos, na liberdade política, nas liberdades de imprensa e de reunião, na independência da justiça, no respeito dos direitos humanos e no fim das ingerências estrangeiras?

À medida que, nos próximos meses, forem aparecendo as respostas a estas perguntas, tornar-se-á mais clara a questão de saber se haverá um efeito de dominó no resto do mundo árabe.

Mas é possível que a lição mais importante para os políticos ocidentais seja a seguinte: as mudanças efectivas são fruto da vontade e do sacrifício do povo, e não impostas por ingerências estrangeiras ou por invasões.

A queda do ditador iraquiano custou aos EUA cerca de 4.500 soldados mortos, 32.000 feridos, o bilião de dólares [um milhão de milhões], o afundamento da economia, pelo menos 150.000 mortos iraquianos e meio milhão de feridos, e a devastação do país, e a inimizade de milhares de milhões de muçulmanos e de outros povos pelo mundo fora.

Entretanto, o povo da Tunísia derrubou outro brutal ditador com menos de 100 mortos que serão sempre lembrados e honrados pelos seus compatriotas como heróis que pagaram o preço supremo pela liberdade.★



Autoridade Palestina abdicou do regresso de milhares de refugiados

As polémicas concessões dos líderes palestinianos foram divulgadas pelo “Guardian” e pela estação de televisão Al-Jazira. Os negociadores concordaram limitar o direito de regresso à Cisjordânia a apenas 10 mil refugiados numa população total de mais de cinco milhões e aceitaram a criação de um estado judeu.

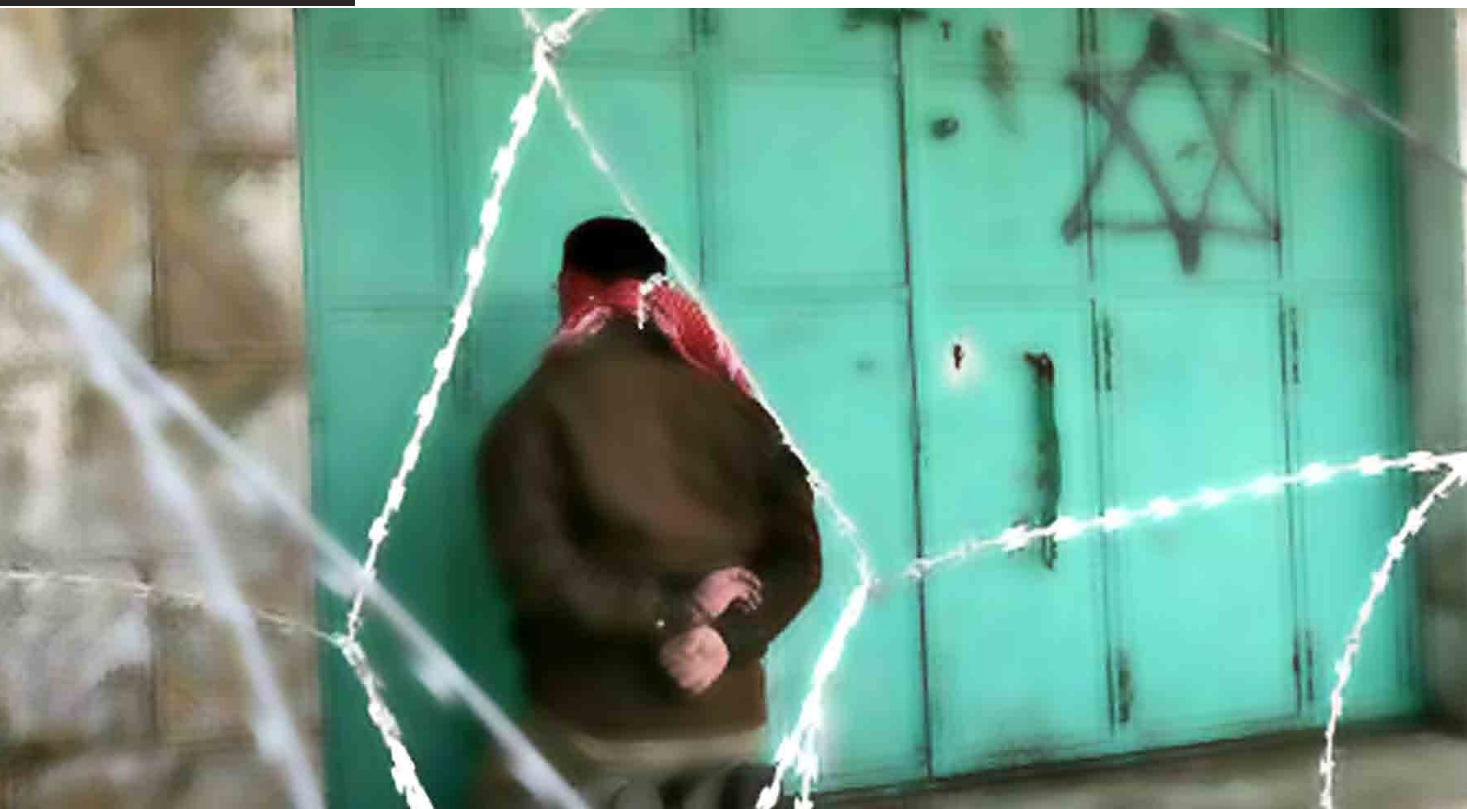
Os documentos mostram líderes palestinianos fracos fazendo concessões extremamente polémicas para os palestinianos que representam, líderes israelitas exigindo mais concessões afirmando que não respeitam a lei internacional e o EUA a fazer sugestões estapafúrdias para destinos alternativos para os refugiados que não a sua terra natal.

Os líderes palestinianos negam as revelações dos 1600 documentos a que a Al Jazira teve acesso e partilhou com o “Guardian”, acusando o Qatar de ter uma agenda contra a Autoridade Palestiniana. Entretanto, os escritórios da Al-Jazira foram atacados por apoiantes do Hamas em Ramallah. A emissora nega a acusação, e o diário britânico garante que verificou a autenticidade dos documentos de forma independente e corroborou a sua veracidade com fontes ligadas às negociações, diplomatas e fontes

dos serviços secretos.

Segundo estes documentos, os negociadores palestinianos concordaram ainda com a exigência israelita de se definir como um Estado judaico, contrariamente ao que defendiam em público, já que muitos dos 1,3 milhões de cidadãos árabes de Israel viam essa definição como uma ameaça aos seus direitos – em particular desde que Israel, sob proposta do ministro dos Negócios Estrangeiros Avigdor Lieberman, considerou impor um julgamento de lealdade ao “Estado judaico”.

Outra ideia de Lieberman que parece ter entrado nas negociações foi a de transferência de populações. A então ministra dos Negócios Estrangeiros Tzipi Livni (2008) terá pressionado para que os árabes israelitas fossem incluídos no novo Estado palestiniano como parte de um acordo de troca de território.



O direito de regresso dos refugiados palestinianos expulsos do recém-criado Estado de Israel em 1948 é visto como essencial por muitos palestinianos e como inaceitável por Israel, que argumenta que os judeus ficariam em minoria. Um compromisso teria de ser atingido, mas a aceitação de um número tão pequeno – regressariam mil por ano durante dez anos – agora revelada causou um escândalo. Os documentos revelam ainda algumas sugestões “criativas”, como a da então secretária de Estado dos EUA, Condoleeza Rice: os refugiados poderiam viver na América do Sul. “Talvez pudéssemos encontrar países que pudessem contribuir”, sugeriu: “Chile, Argentina, etc...”

Os documentos revelam ainda que os EUA (sob sugestão de Hillary Clinton), afirmaram repetidamente que só financiariam a Autoridade Palestina se esta continuasse a ter “as mesmas caras”: Mahmoud Abbas e Salam Fayyad.

A última fuga de milhares de páginas de registos secretos palestinianos de mais de uma década de negociações de paz fracassadas, obtidos pela Al-Jazira e compartilhados exclusivamente com o

Os últimos documentos revelaram também que Livni disse aos negociadores palestinianos, em 2007, que era contra a lei internacional e insistiu que tal não poderia ser a referência dos termos para as negociações.

Guardian, seguiram um dia de choque e protestos na Cisjordânia, quando os líderes da Autoridade Palestina denunciaram furiosamente a fuga como “um jogo de propaganda”. Os documentos já se tornaram o foco da polémica entre israelitas e palestinianos, revelando a escala de concessões oficiais palestinianas rejeitadas por Israel, mas também lançando luz sobre o enorme desequilíbrio de poder num processo de paz que se desmorona completamente.

Os últimos documentos revelaram também que Livni disse aos negociadores palestinianos, em 2007, que era contra a lei internacional e insistiu que tal

não poderia ser a referência dos termos para as negociações: “Eu era a ministra da justiça”, disse ela. “Mas eu sou contra a lei, contra o Direito Internacional em particular”, cita o Guardian.

Associações de refugiados palestinianas chocadas com as revelações

A sugestão da troca dos refugiados revelada nos “registos da Palestina [Palestine papers]” choca com o direito fundamental de regresso a casa de todos os refugiados, afirmam vários movimentos de palestinianos que expressaram uma grande consternação com a sugestão dos EUA para instalar os refugiados palestinianos na Argentina e no Chile, em vez de lhes permitir retornar à sua terra natal. “É totalmente inaceitável. Contradiz o nosso direito inalienável de regressar à nossa pátria”, disse Daniel Jadue, vice-presidente da Federação Palestina do Chile, citado pelo Guardian. “Esse direito não pode ser renunciado. Esta sugestão feita pelos EUA mostra que a sua mediação não foi honesta. Foi claramente a favor de Israel. Isso é extremamente grave.” ★



2010 foi o ano mais quente de sempre

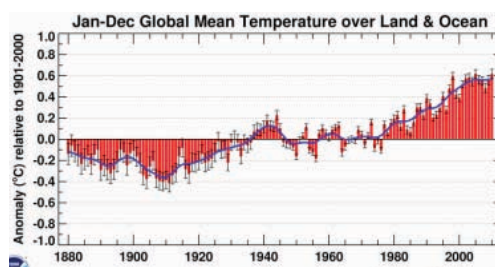
POR RUI CURADO SILVA

O ano de 2010, juntamente com 2005, registou uma temperatura média global (temperatura continental e oceânica) de 0,62°C acima da média de temperaturas do século XX.

Na tabela pode-se verificar que 2010 e 2005 são os anos mais quentes desde que se regista a temperatura global, desde 1880. A mesma

tabela mostra que entre os 10 anos mais quentes registados, nove ocorreram durante os últimos dez anos: 2001 a 2007, 2009 e 2010. A anomalia representa em quanto a temperatura média do respectivo ano ultrapassou a média de temperaturas do século XX.

Apesar destes serem dados preliminares, sendo passíveis de pequenas correcções, é evidente que na década anterior se acentuou consideravelmente o aquecimento global e, perante os dados de 2010, essa tendência poderá manter-se na actual década. O facto de o Sol ter passado recentemente por um mínimo de actividade relativamente longo só reforça a gravidade do aumento de temperatura registado.



No seu relatório de 2010, os cientistas do NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration) chamam a atenção para

a influência na temperatura e na precipitação global do fenómeno climático La Niña, especialmente forte no final de 2010. Mas, numa tabela onde se registam os 10 fenómenos climáticos mais importantes do ano, a NOAA considerou a vaga de fogos na Rússia e as inundações no Paquistão como os acontecimentos mais significativos.

Se a clareza destes dados não forem suficientemente fortes para convencer os líderes europeus, americanos e chineses a mudar a lógica de desenvolvimento, ficaremos certamente entregues à arbitrariedade de acontecimentos climáticos catastróficos, até finalmente a classe política tomar medidas adequadas.★

Pela não introdução de portagens na A23

O Bloco/Santarém deu uma Conferência de Imprensa em Abrantes, sobre a injustiça da introdução de portagens na auto-estrada A23.

O Bloco constatou que nenhum Deputado eleito pelo distrito respondeu à carta que lhe foi enviada em Dezembro passado e que sugeria uma tomada de posição conjunta dos Deputados eleitos por Santarém. O BE anunciou através do deputado José Gusmão que foi já entregue um projecto de resolução na AR, que visa impedir esta intenção do governo.

O Bloco de Esquerda desde que o Governo tornou Pública a intenção de portajar a A23 logo se pronunciou sobre a injustiça desta medida que, para além de manifestamente recesiva, colocava em causa os objectivos estratégicos da construção da IP6 e da sua posterior alteração para uma auto-estrada sem custos para os utilizadores. A A23 trouxe uma aproximação que potenciou nos últimos anos o crescimento económico do Ribatejo Norte, Alto Alentejo e Beira Interior, proporcionou uma mais fácil e segura mobilidade dos cidadãos e respectivo acesso a serviços essenciais como são os equipamentos hospitalares do Médio Tejo, por exemplo. Nesta tomada de posição

o Bloco de Esquerda alertou para este erro estratégico que é uma óbvia contribuição para a inversão dos índices de desenvolvimento desta região e mais uma penalização sobre os mesmos de sempre ao coberto de uma crise de que não são responsáveis.

Em conferência de imprensa realizada a 13 de Dezembro, o BE, considerou que estavam reunidas todas as condições para impedir a colocação de portagens na A23, em particular no troço Torres Novas/Abrantes que, como todos sabemos, está sob a responsabilidade das Estradas de Portugal (EP), sendo que a Scutvias é a concessionária de toda a A23, para além de Abrantes. Uma vez que todos os Partidos se pronunciaram contra esta medida, todos os autarcas da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo aprovaram moções que rejeitam tal intenção do Governo. Todos contra!

Neste sentido, o Secretariado Distrital do Bloco dirigiu uma carta aos deputados e deputadas eleitos por Santarém para que em unísono tomassem uma posição para além das palavras. Não obtivemos resposta, o que bem ilustra o desinteresse pela questão colocada e demissão das responsabilidades, desrespeitando os eleitores e eleitoras. Os Deputados e as Deputadas não podem ser eleitos com um programa e a seguir rasgarem-no. A desconfiança com os políticos e a política, não pode ser assacada a todos.

Entretanto o PS de Abrantes apresentou uma moção na Assembleia Municipal em que elenca todas as

diligências feita contra a introdução das portagens, mas escusando-se da responsabilidade desta medida aceita a inevitabilidade da introdução das portagens em toda a A23, delegando na Srª Presidente a missão de negociar medidas de descriminação positiva para a população e empresas deste município. Posição divergente daquela tomada pelos autarcas do mesmo Partido na CIMT!

O PS/distrital tem uma posição o PS/Abrantes tem outra, Jorge Lacão Ministro dos Assuntos Parlamentares não brinca em serviço, ele e Miguel Relvas querem mesmo as portagens.

Para o Bloco de Esquerda não se trata de tentar negociar medidas de descriminação possível, mas sim de reclamar a não introdução de portagens na A23. É por isso que iremos apresentar um projecto de resolução na Assembleia da República.

Os(as) Deputados não se dignaram responder, mas vão ter de clarificar de que lado estão.

As estradas constituem um bem público colectivo, insusceptível de ser privatizado, que, enquanto instrumentos de uma política de acessibilidade, asseguram a livre circulação de pessoas e bens. É nesta medida que o Bloco de Esquerda repudia a aplicação do princípio do utilizador-pagador nas auto-estradas sempre que daí decorrer um prejuízo da mobilidade dos cidadãos, o que claramente se verifica no caso da A23, que não tem nenhuma alternativa viável e que possa assegurar a segurança dos utilizadores. ★

APOIO À PETIÇÃO EM DEFESA DO RAMAL DE CÁCERES – TORRE DAS VARGENS / BEIRÃ (MARVÃO)

Acreditamos que para o desenvolvimento do distrito, é necessário mais apoio e infra-estruturas. Consideramos a ferrovia um valioso factor de desenvolvimento e coesão do território. É também, do aspecto ambiental e económico, uma boa aposta importante para combater as assimetrias e a crescente desertificação das populações do interior. Neste distrito, sempre nos batemos por um reforço de investimento, em especial nas acessibilidades e ao contrário do pretendido, agora assistimos incrédulos ao encerramento do Ramal de Cáceres – Torre das Vargens / Beirã.

O Bloco de Esquerda está solidário com as populações e o seu Grupo Parlamentar está na disposição de lutar por este bem precioso que a CP teima em suprimir no lugar de se preocupar em melhorar o serviço prestado. Estamos a assistir à destruição do serviço público e de postos de trabalho. A CP propõe-se gastar com despedimentos cerca de 26 milhões de euros com o aval PS/PSD.

Assistimos ao colapso do distrito de Portalegre e não nos conformamos. Este distrito está abandonado fruto das ruinosas políticas de sucessivos governos e à inércia dos representantes locais. Não estranhámos esta situação dado que PS e PSD estão de acordo em privatizar várias empresas ferroviárias, aceitando o fecho de linhas no interior do país e o despedimento de trabalhadores.

Ligação à petição:

<http://www.peticao publica.com/?pi=P2011N5282>



OS COMBOIOS SERVEM AS PESSOAS

PRIVATIZAÇÃO É O FIM DA LINHA

Bilhetes e passes mais caros
Fecho de linhas e horários
Centenas de despedimentos

PS e PSD estão de acordo em privatizar várias empresas ferroviárias. A privatização traz o aumento dos preços dos bilhetes e passes, a entrega das linhas mais utilizadas ao lucro privado, o fecho de linhas e a eliminação de horários no interior do país e o despedimento de muitas centenas de trabalhadores.

sabe mais em www.esquerda.net

Descarga poluente na empresa Amorim Revestimentos



Uma delegação do Bloco de Esquerda deslocou-se junto das instalações da empresa Amorim Revestimentos, onde alguns dos seus trabalhadores se encontravam em acção de protesto.

A visita do Bloco foi realizada para prestar solidariedade para com estes trabalhadores que defendiam o seu direito constitucional à greve, dado que a administração da empresa levantou processos disciplinares como represália do sucesso que a Greve Geral teve na empresa.

A delegação do Bloco de Esquerda teve a possibilidade de assistir a uma descarga proveniente do sistema de esgotos da empresa. Esta descarga aparentava uma cor branca, parecendo indicar tratar-se de cola.

Cascais: recusada recomendação para instalação de rampas na nova estação de S. João do Estoril

O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de recomendação à Assembleia Municipal de Cascais, no

sentido de se recomendar à REFER o cumprimento do Regime de Acessibilidades às instalações públicas, particularmente no que diz respeito à implementação de rampas na nova estação de S. João do Estoril. A proposta foi rejeitada pela coligação Viva Cascais (PSD e CDS), colhendo os votos favoráveis do Bloco, CDU e do Presidente da Junta do Estoril.

Um dos argumentos invocados a propósito do não cumprimento do dito Regime de Acessibilidades, pelo presidente da CMC, foi que em Tóquio só utilizam elevadores e não têm essas preocupações.

O Bloco de Esquerda considera que afirmações desta natureza revelam não só uma enorme insensibilidade social como também um profundo desconhecimento da realidade do concelho, de quem nele vive e do próprio transporte público.

12 e 19
Fevereiro 2011
(Sábados)

FCSH/Universidade Nova
Auditório Z (3º Piso)
Av. de Berna 26 C

CURSO DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

Equipa Docente

Francisco Louçã
Mariana Mortágua
José Gusmão

Sábado, 12/02/2011

10h00 - 1º MÓDULO

- » Como tratar dados, números e estatísticas
- » Definições da economia
- » O que é o PIB
- » Classes sociais e repartição nas teorias económicas

Intervalo para almoço

15h00 - 2º MÓDULO

- » Oferta e procura: o que são os preços e o mercado
- » Racionalidade na economia
- » A economia crítica e o marxismo

Intervalo para café

17h00 - 3º MÓDULO

- » Moedas e bancos
- » Economia do casino e segurança social

Sábado, 19/02/2011

10h00 - 4º MÓDULO

- » Globalização, câmbios e trocas
- » Crescimento e desenvolvimento

Intervalo para almoço

15h00 - 5º MÓDULO

- » Inovação, desequilíbrio e ciclos económicos
- » Emprego e mercado de trabalho
- » Desigualdade e pobreza

Intervalo para café

17h00 - 6º MÓDULO

- » Fronteiras da economia: jogos, experiências, neuroeconomia, etc

O Curso de Introdução à Economia Política convida os estudantes, os trabalhadores, os sindicalistas e outros activistas a estudar economia.

Ao longo do curso, são apresentados alguns dos grandes temas da economia contemporânea e as ideias que criaram as principais teorias e modelos de abordagem da vida económica nas sociedades capitalistas. Pretende-se que os participantes fiquem a dispôr de instrumentos de análise que lhes permitam ler artigos, gráficos, livros e debates sobre as grandes opções que agora estão em conflito.

A forçmaão da mercadoria e dos mercados, as instiuições do capitalismo, as relações sociais de produção, a globalização, os mercados financeiros, os serviços públicos, a evolução da segurança social, a economia da ecologia e da desigualdade social, são alguns dostemas que vão ser tratados nos dois sábados em que o curso se desdobra.